

## **RESOLUÇÃO CODEL Nº 001/2014**

Baixa instruções para a eleição de 2014 dos membros dos cargos eletivos dos órgãos estatutários da Fundação Codesc de Seguridade Social – FUSESC.

O Conselho Deliberativo da Fundação Codesc de Seguridade Social - FUSESC, aprovando proposta da Diretoria Executiva, na forma do § 1.º do artigo 23 do seu Estatuto Social, e no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

- I - marcar para o corrente ano a realização da eleição direta, pelos participantes e assistidos, de três membros efetivos e três suplentes do Conselho Deliberativo; do Diretor Superintendente e do Diretor Administrativo e de Seguridade, e de dois membros efetivos e dois suplentes do Conselho Fiscal da Fundação Codesc de Seguridade Social - FUSESC, para cumprimento de mandato até a eleição de 2018;
- II - baixar o Regulamento para a referida eleição.

Florianópolis, 28 de março de 2014

Fernanda de Figueiroa Freitas Neves  
Presidente do Conselho Deliberativo

## Regulamento

Regulamenta os procedimentos eleitorais para a eleição de 2014 para os cargos eletivos dos órgãos estatutários da Fundação Codesc de Seguridade Social - FUSESC.

### CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Três membros efetivos e respectivos suplentes do Conselho Deliberativo, o Diretor Superintendente e o Diretor Administrativo e de Seguridade, e dois membros efetivos, e respectivos suplentes do Conselho Fiscal da Fundação Codesc de Seguridade Social - FUSESC, inscritos em chapa, serão eleitos pelo voto direto, secreto e facultativo dos participantes e assistidos, no gozo de seus direitos estatutários, de acordo com o que estabelecem os artigos 21 e seguintes do Estatuto Social e esta Resolução.

Art. 2º - A eleição será convocada pela Diretoria Executiva da FUSESC, por intermédio de edital publicado nos meios de comunicação corporativos da FUSESC.

Parágrafo único - Devem constar do edital, no mínimo:

- I. as vagas a serem preenchidas em cada Órgão Estatutário e a duração dos mandatos;
- II. condições para inscrição dos candidatos;
- III. forma da votação;
- IV. data e hora do início e término da votação;
- V. meios e locais para obtenção do Regulamento.

Art. 3º - O processo eleitoral será conduzido por Comissão Eleitoral a ser instalada na sede da FUSESC e obedecerá ao Calendário Eleitoral e demais normas constantes deste Regulamento.

§ 1º - A Comissão Eleitoral será integrada por dois representantes, participantes ou assistidos, indicados por cada Patrocinadora, um titular e um suplente, cabendo ao representante da FUSESC, indicado pelo Conselho Deliberativo, a Presidência dos trabalhos.

§ 2º - A Comissão Eleitoral reunir-se-á, com a presença de pelo menos 4 (quatro) integrantes e as decisões são tomadas por maioria simples dos membros presentes.

§ 3º - O Presidente da Comissão Eleitoral terá, além do voto pessoal, o de desempate.

§ 4º - Os membros da Comissão Eleitoral não poderão integrar nenhuma das chapas participantes no processo eleitoral, nem integrar os órgãos estatutários da FUSESC e, não serão remunerados.

§ 5º - A Comissão Eleitoral manterá serviço de secretaria na sede da FUSESC onde receberá requerimentos inerentes ao processo eleitoral, com funcionamento em dias úteis, das 08 às 17 horas, observados os prazos estabelecidos neste Regulamento.

§ 6º - Na ausência do Presidente, a Comissão Eleitoral elegerá dentre seus membros titulares presentes, aquele que conduzirá os trabalhos e exercerá a presidência da reunião.

Art. 4º - Não poderão participar da Comissão Eleitoral o cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau, de qualquer candidato e dos representantes das chapas.

Art. 5º - São eleitores todos os participantes e assistidos inscritos na FUSESC até o último dia útil do mês imediatamente anterior ao da publicação do edital de convocação das eleições e que estiverem em gozo dos seus direitos estatutários.

Parágrafo único - Nas situações em que se registre a existência de mais de um assistido cujo benefício tenha tido o mesmo participante ou assistido por origem, será considerado eleitor o beneficiário mais idoso.

Art. 6º - A votação será realizada por correspondência, com o recebimento de envelopes carta resposta com porte pago pela FUSESC, e por meio eletrônico, pela internet, por meio de sistema especialmente desenvolvido para essa finalidade, não se admitindo candidaturas avulsas nem votos em candidatos isoladamente.

§ 1º - Poderá ser possibilitada a votação por sistema informatizado do Banco do Brasil S.A..

§ 2º - Poderá ser possibilitada a votação por sistema telefônico.

Art. 7º - A Comissão Eleitoral a que se refere o artigo 23, § 2º, do Estatuto, em dia e hora a serem previamente designados, na presença dos representantes das chapas e dos candidatos, fará uma demonstração do funcionamento dos sistemas de votação.

Art. 8º - A eleição realizar-se-á conforme Calendário Eleitoral a ser divulgado, sendo eleita a chapa que receber maior número de votos.

Art. 9º - Em caso de empate entre duas ou mais chapas, será declarada eleita a chapa em que a média aritmética do tempo de vinculação a FUSESC dos candidatos for mais elevada.

## CAPÍTULO II - DOS CANDIDATOS

Art. 10 - Somente os participantes e assistidos no gozo de seus direitos estatutários e regulamentares, com pelo menos 5 (cinco) anos, ininterruptos ou alternados, de efetivo exercício em Patrocinadora e que tenham mais de 18 (dezoito) anos de idade completos no dia da eleição poderão candidatar-se.

Art. 11 - Os candidatos deverão atender os seguintes requisitos:

- I. não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;
- II. não ter sofrido penalidade administrativa por infração à legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar, ou como servidor público;
- III. ter comprovada experiência no exercício de atividade na área financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização ou de auditoria.

§ 1º - Os candidatos aos cargos da Diretoria Executiva deverão ter, ainda, formação de nível superior.

§ 2º - Os candidatos devem se comprometer a atender às exigências de certificação previstas no artigo 8º da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

### CAPÍTULO III - DO REGISTRO DAS CHAPAS

Art. 12 - A inscrição de candidaturas será feita por meio de chapas, sendo que cada chapa será identificada com um nome e um número e dela constará a nominata dos candidatos e respectiva denominação dos cargos para os quais concorrem, não podendo um candidato figurar em mais de uma chapa.

Parágrafo único - As chapas serão dispostas nas cédulas por ordem numérica, sendo os números atribuídos de acordo com sorteio.

Art. 13 - Do conjunto dos candidatos que figurarem em cada chapa, no mínimo 2 (dois) serão assistidos.

Art. 14 - Na composição de cada chapa, seus integrantes escolherão como representante um de seus membros ou qualquer participante apto ao exercício de voto para representá-la, com amplos e gerais poderes, perante a Comissão Eleitoral.

Art. 15 - O requerimento de registro da chapa será firmado por seu representante, conforme modelo oficial a ser obtido na Secretaria Geral da FUSESC, e dirigido ao Presidente da Comissão Eleitoral, acompanhado de declaração de cada candidato de que este:

- I. aceita concorrer ao pleito;
- II. não sofreu condenação criminal transitada em julgado;
- III. não sofreu penalidade administrativa por infração à legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar, ou como servidor público;
- IV. comprove experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização ou de auditoria, especificando os locais de exercício e os cargos que ocupou;
- V. comprove contar com 5 (cinco) anos, ininterruptos ou alternados, de efetivo exercício em Patrocinadora, indicando o local de trabalho e os cargos que ocupou.

§ 1º - Além do disposto nos incisos do *caput* deste artigo, o pedido de registro deverá vir acompanhado de:

- I. diploma de curso de nível superior, ou de certidão ou atestado do estabelecimento de ensino de nível superior comprovando a colação de grau, para os candidatos aos cargos da Diretoria;
- II. declaração assinada pelos integrantes da chapa de que seu representante está legitimado para a representação, fazendo constar seus telefones e endereços, inclusive eletrônicos, a fim de receber avisos e intimações; e

III. documentos comprobatórios da experiência mencionada no artigo 11 deste Regulamento.

§ 2º - Compete a Comissão Eleitoral confirmar e validar o atendimento aos requisitos, sendo-lhe facultado solicitar dados adicionais ao próprio candidato ou representante da chapa.

§ 3º - Ao assinar a declaração os candidatos declaram satisfazer todos os requisitos listados no artigo anterior, sujeitando-se à perda do mandato no caso de comprovação de falsidade ideológica, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal e declaram também conhecer o Código de Conduta e Ética da FUSESC.

Art. 16 - A chapa, com a relação completa dos candidatos efetivos e suplentes, será apresentada para registro na Secretaria Geral da FUSESC, situada na Rua Dom Jaime Câmara, 217, em Florianópolis.

Art. 17 - Caso seja necessário ou verifique qualquer omissão no pedido de registro que possa ser suprida, a Comissão Eleitoral intimará o representante da chapa, dando-lhe o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas para diligências.

Art. 18 - Cumprido o disposto no artigo anterior, a Comissão Eleitoral divulgará na página eletrônica da FUSESC e em aviso expedido por qualquer meio de comunicação aos representantes das chapas, a relação das chapas inscritas para registro com a nominata dos candidatos e os cargos para os quais estarão concorrendo.

Art. 19 - Caberá a qualquer representante de chapa ou candidato impugnar o pedido de registro das chapas ou de candidatos em petição fundamentada e já acompanhada das provas que quiserem apresentar, desde que obedecidos os termos deste Regulamento e dentro do prazo previsto no Calendário Eleitoral.

Art. 20 - Os representantes das chapas serão notificados das impugnações e poderão apresentar defesa até o prazo previsto no Calendário Eleitoral.

Art. 21 - A Comissão Eleitoral julgará as impugnações, podendo fazer as diligências que considerar pertinentes e dando imediatamente ciência de seu julgamento aos representantes das chapas, sendo irrecorrível esta decisão.

Art. 22 - Todos os pedidos de registro de candidatos, inclusive os impugnados, deverão estar julgados e as respectivas decisões divulgadas até a data prevista para homologação das chapas.

Art. 23 - As chapas impugnadas que tiverem as impugnações julgadas improcedentes serão automaticamente registradas pela Comissão Eleitoral. As chapas em relação às quais as impugnações forem julgadas procedentes deverão regularizar a situação no prazo previsto no Calendário Eleitoral.

Art. 24 - Se após o registro dos candidatos ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de um deles, este deverá ser substituído no prazo de 24 (vinte quatro) horas, observados os requisitos estabelecidos nesta Resolução. Se a substituição ocorrer após a divulgação da nominata dos candidatos da chapa, permanecerá o nome do candidato anterior no material já

divulgado, sendo obrigatória a divulgação da substituição por parte da FUSESC em meio eletrônico.

Parágrafo único - O candidato registrado por uma chapa que desistir da candidatura não poderá participar de outra chapa.

#### CAPÍTULO IV - DA DIVULGAÇÃO E DA PROPAGANDA

Art. 25 - A FUSESC divulgará em seu sítio eletrônico, no endereço [www.fusesc.com.br](http://www.fusesc.com.br), os regulamentos e instruções que, nos termos do artigo 23, § 1.º do seu Estatuto, baixar sobre os procedimentos eleitorais, bem como dos atos e das decisões da Comissão Eleitoral na execução das normas contidas nesta Resolução, de modo a facilitar o acesso de todo o universo de seus membros ao conhecimento das referidas normas.

Art. 26 - A divulgação e propaganda das candidaturas serão de responsabilidade dos representantes das chapas e dos candidatos, respondendo todos pelos excessos que forem cometidos, sendo vedado a inserção do logotipo ou identidade visual da FUSESC em qualquer material de divulgação, eletrônica ou impressa, bem como o consumo de estrutura da FUSESC, salvo o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º, deste artigo.

§ 1º - A FUSESC não se responsabilizará por quaisquer ônus ou despesas assumidos pelas chapas nem tampouco repassará às chapas informação cadastral de qualquer participante ou assistido.

§ 2º - A FUSESC realizará por meio eletrônico e em um único e exclusivo impresso institucional, a divulgação das chapas homologadas, incluindo os componentes e programas, para o seu universo de participantes e assistidos, assegurando o tratamento equânime entre as chapas.

§ 3º - A FUSESC fornecerá diretamente aos Correios até 3 (três) conjuntos de etiquetas de endereços residenciais para cada uma das chapas inscritas para que possam enviar correspondências aos participantes e assistidos.

§ 4º - A autorização para utilização das etiquetas disponibilizada nos Correios, somente será emitida pela FUSESC após protocolo na Secretaria da FUSESC, do requerimento acompanhado do material a ser divulgado.

§ 5º - A FUSESC se reserva o direito de não publicar matéria ofensiva à moral, aos bons costumes, à ordem pública ou à imagem de qualquer pessoa física ou jurídica, inclusive às Patrocinadoras e à própria FUSESC.

Art. 27 - É vedado aos candidatos e respectivos representantes das chapas, na divulgação e na propaganda:

- I. utilizar meios, atitudes e instrumentos que possam perturbar o bom funcionamento do trabalho nas dependências da FUSESC;
- II. a prática de atos que representem infrações capituladas nos artigos 138 a 145 e outras disposições do Código Penal.

## CAPÍTULO V - DA VOTAÇÃO

Art. 28 - A votação poderá ser feita conforme disposto no artigo 6º, cabendo a FUSESC prover os meios necessários e orientar na utilização dessas modalidades.

Art. 29 - A opção do voto em uma modalidade eliminará a possibilidade de voto em outra prevalecendo, no caso de duplicidade, o voto eletrônico.

Art. 30 - As instruções para votação serão divulgadas pela Comissão Eleitoral no sítio eletrônico da FUSESC e por correspondência.

### SEÇÃO I - DA VOTAÇÃO ELETRÔNICA

Art. 31 - A votação via internet ou telefone, dar-se-á por intermédio de sistema contratado, certificado por entidade de auditoria ou de certificação, sem possibilidade de identificação do votante.

Parágrafo único - Poderá ser possibilitada a votação por sistema informatizado do Banco do Brasil S.A..

Art. 32 - O eleitor que votar via internet ou telefone, deverá fazer uso da senha pessoal e intransferível que lhe será enviada pelo correio.

Art. 33 - O eleitor somente poderá votar 1 (uma) vez com a senha criada especificamente para essa finalidade, a qual perderá sua validade após a confirmação do voto.

Art. 34 - A votação eletrônica se dará no período estabelecido no Calendário Eleitoral. Na data e hora marcada para o encerramento da eleição, a Comissão Eleitoral dará por concluída a fase de votação, desabilitando o módulo de votação eletrônica.

### SEÇÃO II - DA VOTAÇÃO POR CORRESPONDÊNCIA

Art. 35 - A Comissão Eleitoral remeterá, via Correios, aos participantes e assistidos:

- I - as instruções para a votação e a senha pessoal e única para voto pela internet;
- II - a lista dos candidatos inscritos em cada chapa concorrente;
- III - a cédula eleitoral com o nome e o número das chapas concorrentes;
- IV - o envelope porta-cédula, que não poderá ter qualquer identificação; e
- V - o envelope carta-resposta com porte pré-pago para o envio do voto.

Parágrafo único - Os envelopes contendo o material para a eleição serão enviados aos participantes e assistidos por meio da modalidade Carta Registrada e retorno como Carta Resposta, conforme contrato a ser formalizado pela FUSESC com os Correios.

Art. 36 - O eleitor consignará o voto em cédula única, assinalando o quadrículo ao lado do número e do nome da chapa escolhida.

Art. 37 - A introdução de qualquer outro sinal na cédula ou de qualquer marca no envelope porta-cédula implica nulidade do voto.

Art. 38 - A cédula deverá ser dobrada e colocada no envelope porta-cédula.

Art. 39 - O envelope porta-cédula deverá ser acondicionado no envelope carta-resposta e postado nos Correios a partir de seu recebimento.

Art. 40 - Somente serão considerados válidos os envelopes cartas-resposta recebidos na Caixa Postal dos Correios de Florianópolis contratada especificamente para essa finalidade até a data e horário limites previstos no Calendário Eleitoral, sendo que os envelopes que chegarem após essa data e horário serão arquivados, fechados, juntamente com os demais documentos da eleição.

Parágrafo único - Os envelopes carta-resposta ficarão em poder dos Correios que se responsabilizará pela sua segurança e inviolabilidade até que a Comissão Eleitoral os retire para apuração.

## CAPÍTULO VI - DA APURAÇÃO

Art. 41 - A Comissão Eleitoral realizará a apuração dos votos, que poderá ser acompanhada por participantes, assistidos, candidatos ou não ao pleito.

Parágrafo único - A Comissão Eleitoral poderá constituir mesas apuradoras para auxiliar na apuração dos votos por correspondência, caso necessário.

Art. 42 - A apuração dos votos recebidos pela internet será feita pelo próprio sistema computacional, após a totalização dos votos por correspondência.

Art. 43 - O sistema de apuração fará a compilação das listagens de eleitores que votaram pelo sistema informatizado do Banco do Brasil S.A. e daqueles que optaram pelo voto via internet, prevalecendo, em caso de duplicidade, o voto via sistema informatizado do Banco do Brasil S.A..

Art. 44 - A apuração dos votos por correspondência começará no dia de encerramento da votação, após a retirada dos malotes dos Correios pela Comissão Eleitoral.

Art. 45 - Os votos remetidos por correspondência serão retirados dos Correios pela Comissão Eleitoral, que os transportará para o local da apuração, armazenando-os em local seguro.

Art. 46 - A Comissão Eleitoral identificará o remetente e verificará se o eleitor votou pela internet e/ou sistema informatizado do Banco do Brasil S.A., fazendo o confronto, manual ou automatizado, com a listagem.

§ 1º - Caso o envelope carta-resposta não contenha o envelope porta-cédula, o voto será contado como “nulo”.



§ 2º - Caso o envelope carta-resposta contenha o envelope porta-cédula sem a cédula, o voto será contado como “branco”.

§ 3º - Caso o envelope carta-resposta contenha somente a cédula, o voto será contado como “nulo”.

§ 4º - Se houver voto pelo sistema informatizado do Banco do Brasil S.A. dado por um eleitor, os votos via internet e correspondência do mesmo eleitor serão desconsiderados, sendo o envelope carimbado e arquivado fechado.

§ 5º - Se não houver voto via sistema informatizado do Banco do Brasil S.A., mas houver voto via internet dado por um eleitor, o voto por correspondência do mesmo eleitor será desconsiderado, sendo o envelope carimbado e arquivado fechado.

§ 6º - Se não houver voto via sistema informatizado do Banco do Brasil S.A., nem mesmo voto via internet, o envelope carta-resposta será aberto e o envelope porta cédula será retirado e, sem ser aberto, será depositado em urna para posterior apuração.

Art. 47 - Antes da colocação do primeiro envelope porta-cédula na urna, esta deverá ser inspecionada pela Comissão Eleitoral e Fiscais presentes, garantindo-se que esteja vazia.

Art. 48 - Cada vez que se completar uma urna em que estão sendo colocados os votos por correspondência, ela deverá ser fechada e lacrada com o visto do Presidente ou um membro da Comissão Eleitoral, e de Fiscais, nomeados pelos representantes de cada chapa, que assim o desejarem, sendo guardada em local seguro até o momento de sua abertura para apuração.

Parágrafo único - Cada urna fechada deve ser numerada, emitindo-se ata com registro do número de votos coletados.

Art. 49 - Antes de abrir cada urna, a Comissão Eleitoral verificará se há indício de violação, caso em que compete à Comissão Eleitoral decidir sobre a validade dos votos contidos na urna.

Art. 50 - Aberta a urna, a Comissão Eleitoral verificará se a quantidade de envelopes corresponde à quantidade indicada na respectiva ata; não correspondendo, a Comissão Eleitoral deliberará sobre o assunto.

Art. 51 - A apuração dos votos começará apenas após terem sido abertos todos os envelopes carta-resposta.

Art. 52 - Na apuração manual, à medida que forem sendo abertos os envelopes, as cédulas serão examinadas e lidas em voz alta por um dos componentes da Comissão Eleitoral ou integrantes das mesas apuradoras e os votos registrados no mapa de apuração.

Art. 53 - Serão declarados nulos os votos consignados em cédulas:

- I. que não corresponderem ao modelo oficial;
- II. que contiverem qualquer marca, além da consignação do voto;
- III. quando for assinalada mais de uma opção de chapa;

IV. quando a marcação estiver colocada fora do quadrilátero próprio.

Art. 54 - Após fazer a leitura de voto em branco ou nulo, e antes de ser anunciado o seguinte, a cédula será carimbada com a expressão “em branco” ou “nulo”, e rubricada no verso pelo Presidente ou outro membro da Comissão Eleitoral.

§ 1º - As urnas que estiverem abertas e em contagem de votos, terão de ter sua apuração concluída independentemente do horário previsto para encerramento dos trabalhos a cada dia.

§ 2º - Em caso de interrupção, os envelopes porta-cédula ainda não abertos, as cédulas e os mapas de apuração serão recolhidos à urna, e esta será fechada e lacrada, devendo a ocorrência constar da ata.

Art. 55 - A apuração da urna só poderá ser interrompida por decisão da Comissão Eleitoral.

Art. 56 - Apurados os votos, a Comissão Eleitoral elaborará ata cujas cópias serão disponibilizadas aos representantes das chapas e das Patrocinadoras.

Art. 57 - Constarão da ata e do mapa de apuração da votação pelo Correio:

- I. data e hora de início e fim da apuração;
- II. número da urna apurada;
- III. mapa de apuração com os seguintes dados:
  - a. total dos eleitores votantes;
  - b. total de cédulas encontradas na urna;
  - c. total de votos válidos;
  - d. total de votos nulos;
  - e. total de votos em branco;
  - f. total de votos válidos por chapa;
- IV. ocorrências havidas durante a apuração;
- V. assinatura dos membros da Comissão Eleitoral;
- VI. assinatura dos Fiscais que assim o desejarem;
- VII. outros fatos considerados relevantes.

Art. 58 - A Comissão Eleitoral, de posse das atas e mapas de apuração de todas as urnas e da votação pela internet, confeccionará o Mapa Geral de Apuração, lavrará a Ata Final de Apuração e proclamará os eleitos.

## CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 59 - A posse dos eleitos dar-se-á na data prevista no Calendário Eleitoral.

Art. 60 - As questões suscitadas no curso do processo eleitoral serão analisadas à luz do Estatuto Social, das normas regulamentares e dos princípios gerais do Direito.

Art. 61 - As decisões da Comissão Eleitoral são definitivas, em única instância, das quais não cabem recursos.

Atr. 62 - Não haverá reembolso por parte da FUSESC de quaisquer despesas das chapas e ou de seus membros, decorrentes da sua participação na eleição.

Art. 63 - Caberá a FUSESC, mediante autorização do Conselho Deliberativo, arcar com as despesas que se fizerem necessárias à realização dos trabalhos da Comissão Eleitoral.

Art. 64 - Proclamados os eleitos, os trabalhos do processo eleitoral serão considerados concluídos, dissolvendo-se a Comissão Eleitoral.

Art. 65 - O Calendário Eleitoral será divulgado oportunamente e será parte integrante deste Regulamento, contendo todas as datas e prazos a ele inerentes.

Art. 66 - Caberá ao Conselho Deliberativo, baixar as normas complementares que se fizerem necessárias.

Florianópolis, 28 de março de 2014

Fernanda de Figueiroa Freitas Neves  
Presidente do Conselho Deliberativo